



TERMO DE REFERÊNCIA - NAC - STIC

TERMO DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO

1. OBJETO

1.1 Definição do Objeto

1.2 Descrição detalhada do Objeto

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Motivação

2.2 Alinhamento Estratégico

2.3 Objetivos

2.4 Referência aos Estudos Técnicos Preliminares

2.5 Análise de Mercado de TIC

2.6 Benefícios e Resultados

2.7 Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada

2.8 Impacto ambiental

2.9 Impacto social e cultural

2.10 Conformidade Legal

3. LICITAÇÃO

3.1 Natureza do Objeto da Contratação

3.2 Parcelamento e Adjudicação

3.3 Vistoria Prévia

3.4 Participação de Cooperativas

3.5 Participação de Consórcios

3.6 Sustentabilidade

3.7 Modalidade e Tipo de Licitação

3.8 Requisitos da proposta comercial

3.9 Critérios de Habilitação

3.10 Critérios de Aceitabilidade de Preços

3.11 Aplicação do Decreto 7.174/2010 na Seleção da(o) Fornecedora(Fornecedor)

4. EXECUÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 Papéis desempenhados na contratação

4.2 Formas de Comunicação e acompanhamento da Execução da Contratação

4.3 Principais marcos e eventos da Execução da contratação

4.4 Dinâmica da execução

4.5 Fiscalização e Acompanhamento da Execução Contratual

4.6 Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.7 Instrumentos formais de solicitação do objeto

4.8 Níveis de Serviços Exigidos (NSE)

4.9 Qualificação Técnica dos Profissionais

4.10 Forma de recebimento provisório/definitivo

4.11 Liquidação, pagamento e retenções

4.12 Subcontratação

- 4.13 Alteração das Condições da Contratação
- 4.14 Suspensão da Contratação
- 4.15 Extinção Contratual
- 4.16 Garantia da Execução da Contratação
- 4.17 Manutenção e Garantia
- 4.18 Transferência de Conhecimento
- 4.19 Direitos de Propriedade Intelectual e direitos autorais
- 4.20 Obrigações do CONTRATANTE
- 4.21 Obrigações da(o) CONTRATADA(O)
- 4.22 Estimativa de preços
- 4.23 Adequação orçamentária
- 4.24 Do Reajuste de Preços
- 4.25 Vigência da Contratação
- 4.26 Sanções Administrativas
- 5. REQUISITOS TÉCNICOS
- 6. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA
- 7. VALIDAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELOS SUPERIORES HIERÁRQUICOS

1. OBJETO

1.1 Definição do Objeto

1.1.1 O presente Termo tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de LICENÇA DE USO, COM GARANTIA, DE SOFTWARE DE PROTEÇÃO DE DADOS SENSÍVEIS COM ANÁLISE COMPORTAMENTAL DE USUÁRIOS DO MICROSOFT ACTIVE DIRECTORY, SERVIDORES DE ARQUIVOS ON PREMISE WINDOWS OU LINUX E NAS (Network Attached Storage) POR **24 (VINTE E QUATRO) MESES** (VARONIS), incluindo instalação, configuração e operacionalização, além de suporte técnico e serviço de apoio operacional pelo período de **24 (vinte e quatro) meses**, e treinamento.

1.1.2 Trata-se de BENS COMUNS, nos termos previstos no artigo 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto

1.2.1 A descrição detalhada esta descrita no Anexo “Especificações Técnicas” e composta por 3 (três) itens conforme consta na tabela abaixo:

GRUPO	CÓDIGO CATSER	ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
1	27502	1	LICENÇA DE USO, COM GARANTIA, DE SOFTWARE DE PROTEÇÃO DE DADOS SENSÍVEIS COM ANÁLISE COMPORTAMENTAL DE USUÁRIOS DO MICROSOFT ACTIVE DIRECTORY, SERVIDORES DE ARQUIVOS ON PREMISE WINDOWS OU LINUX E NAS (Network Attached Storage) POR 24 (VINTE E QUATRO) MESES (VARONIS).	Detalhes sobre o software estão disponíveis no anexo "Especificações Técnicas"	Usuários	1200		
	26972	2	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO (PARCELA ÚNICA).		Serviço	01		

	3840	3	TREINAMENTO OFICIAL, NA FORMA REMOTA (ONLINE), COM DURAÇÃO DE 20 HORAS, PARA ATÉ 10 (DEZ) PARTICIPANTES (PARCELA ÚNICA).		Turma	01		
TOTAL								

Tabela 1 – Itens que compõem a Solução de TIC

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Motivação

2.1.1 A presente contratação tem por objetivo **adquirir licença de uso, com garantia, do software de proteção de dados sensíveis com análise comportamental de usuários** (Varonis), abrangendo **instalação, configuração, operacionalização, suporte técnico, serviço de apoio operacional e treinamento**, pelo período de **24 (vinte e quatro) meses**.

2.1.2 A demanda justifica-se pela **necessidade de fortalecer a segurança da informação e a proteção de dados pessoais**, em conformidade com a **Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD)**, a **Resolução CNJ nº 363/2021** (que institui a Política de Segurança da Informação do Poder Judiciário) e a **Resolução CNJ nº 468/2022** (que estabelece diretrizes para o Planejamento da Contratação de Soluções de TIC).

2.1.3 O software Varonis possibilita:

- a) **Monitorar e controlar o acesso a dados sensíveis** armazenados em servidores de arquivos e ambientes Microsoft Active Directory;
- b) **Detectar comportamentos anômalos de usuários**, reduzindo riscos de vazamentos, fraudes e incidentes cibernéticos;
- c) **Atender a requisitos de auditoria e conformidade**, conforme normativos internos e externos;
- d) **Fornecer relatórios e alertas de segurança em tempo real**, contribuindo para ações preventivas;
- e) **Apoiar a gestão de riscos de TIC** prevista no art. 6º da Resolução CNJ nº 468/2022.

2.2 Alinhamento Estratégico

2.2.1 O objeto da contratação encontra-se previsto no Plano de Contratações de STIC do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, conforme trechos reproduzidos a seguir:

2.2.1.1 Colocar após a inclusão no Plano.

2.2.2 O objeto da contratação também está alinhado ao Planejamento Estratégico e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, conforme demonstrado abaixo.

2.2.3 No que tange ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) para o biênio 2025-2026, do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, Portaria Normativa TRE-SE nº 22, vislumbra-se o alinhamento aos objetivos estratégicos, conforme tabela abaixo.

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
OE-7	Aprimorar a segurança cibernética e a gestão de dados
OE-8	Entregar soluções de TIC que satisfaçam as necessidades, a um custo aceitável.

Tabela 3 - Alinhamento Estratégico

2.3 Objetivos

2.3.1 Objetivos Táticos

2.3.1.1 Fortalecer a **segurança da informação e a proteção de dados sensíveis** no âmbito do órgão, assegurando a conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018)** e com as **Resoluções CNJ nº 363/2021 e 468/2022**, por meio da adoção de solução tecnológica capaz de **monitorar acessos, detectar comportamentos anômalos e prevenir incidentes de segurança** nos ambientes corporativos.

2.3.1.1.1 Desdobramentos táticos:

- Promover a **governança e a gestão de riscos de TIC**, conforme diretrizes da Resolução CNJ nº 468/2022;
- Apoiar a **implementação da Política de Segurança da Informação e de Proteção de Dados** institucionais;
- Elevar o **nível de maturidade em segurança cibernética** e conformidade com a LGPD;
- Assegurar a **disponibilidade e integridade das informações** armazenadas em servidores de arquivos, Active Directory e dispositivos NAS;
- Sustentar a **continuidade dos serviços críticos de TIC** mediante prevenção proativa de ameaças internas e externas.

2.3.2 Objetivos Operacionais

2.3.2.1 Implementar e manter, por **24 (vinte e quatro) meses**, uma solução de software que permita o **gerenciamento seguro e automatizado de dados sensíveis**, com funcionalidades que assegurem o controle e a rastreabilidade de acessos.

2.3.2.2 Desdobramentos operacionais:

- Instalar, configurar e operacionalizar o **software Varonis** nos ambientes **Windows, Linux e NAS**, conforme arquitetura tecnológica vigente;
- Monitorar continuamente **acessos, alterações e movimentações de dados sensíveis**, com **alertas automáticos** em caso de comportamentos suspeitos;
- Integrar a solução ao **Microsoft Active Directory** e aos **servidores de arquivos locais (on premise)**;
- Disponibilizar **painéis gerenciais e relatórios analíticos** para auditoria e conformidade com a LGPD;
- Garantir **suporte técnico especializado e atualizações regulares** de software durante toda a vigência contratual;
- Capacitar as equipes técnicas e de segurança da informação quanto ao uso e administração da ferramenta;
- Disponibilizar **serviço de apoio operacional** para acompanhamento das rotinas de segurança e ajustes contínuos na solução.

2.4 Referência aos Estudos Técnicos Preliminares

2.4.1 Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) encaminhado pela Assessoria de Cibersegurança e os Estudos Técnicos Preliminares constantes do Processo Administrativo Eletrônico nº 0004617-83.2025.6.25.8000.

2.5 Análise de Mercado de TIC

2.5.1 A análise de mercado referente à solução foi realizada e encontra-se descrita em seção específica deste Estudo Técnico Preliminar.

2.6 Benefícios e Resultados

2.6.1 A contratação pretende alcançar os seguintes **benefícios diretos**, observados sob as dimensões de eficácia, eficiência e economicidade:

a) Eficácia: a solução deverá assegurar o **acesso efetivo e seguro** das(os) usuárias(os) do Tribunal aos recursos computacionais sustentados pelo ambiente **Microsoft Windows**, **reduzindo significativamente os riscos de ataques cibernéticos**. Além disso, deverá estar plenamente alinhada às diretrizes da **Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-JUD)**, instituída pela **Resolução CNJ nº 396/2021**, promovendo a conformidade institucional com os padrões de segurança estabelecidos.

b) Eficiência: a solução deverá **atualizar e ampliar os recursos tecnológicos de segurança da infraestrutura**, mediante **processos de auditoria mais ágeis, automatizados e precisos**, contribuindo para o **aumento da disponibilidade dos sistemas corporativos e finalísticos** baseados na plataforma **Microsoft Windows** do Tribunal. Adicionalmente, deverá **melhorar a capacidade de gestão das auditorias técnicas**, fornecendo **indicadores, relatórios e trilhas de auditoria** que possibilitem o acompanhamento contínuo da conformidade e da integridade dos dados.

c) Economicidade: a adoção da solução proporcionará **melhor aproveitamento dos investimentos realizados em infraestrutura de TIC**, assegurando **redução de custos operacionais** decorrente da automatização de processos e da diminuição de incidentes de segurança.

2.6.2 Benefícios Indiretos

2.6.2.1 Os **benefícios indiretos** resultam das consequências do alcance dos benefícios diretos anteriormente descritos e representam **ganhos institucionais e operacionais de médio e longo prazo**, conforme listado a seguir:

a) Preservação e fortalecimento da imagem institucional do TRE-SE e da Justiça Eleitoral, mediante a garantia da **qualidade, disponibilidade e segurança dos serviços digitais** prestados ao público interno e externo;

b) Redução de esforços operacionais e aumento da produtividade das equipes técnicas, promovendo uma **dinâmica mais eficiente e confiável** nos processos de auditoria e gestão de segurança da informação;

c) Aperfeiçoamento contínuo da maturidade em cibersegurança institucional, reforçando o compromisso do Tribunal com a governança de TIC e a proteção de dados sensíveis.

2.6.3 Com a contratação da solução de software de auditoria de dados, monitoramento, automação e controle em ambiente on-premise Microsoft e em ambiente de colaboração em nuvem, espera-se alcançar os seguintes resultados:

a) **Transparência e Governança:** disponibilização de relatórios e trilhas de auditoria confiáveis, em conformidade com órgãos de controle e marcos legais.

b) **Segurança e Conformidade:** mitigação de riscos de acessos indevidos e incidentes de segurança, em aderência à LGPD, LAI e demais normativos aplicáveis.

c) **Monitoramento Contínuo:** visibilidade centralizada sobre ambientes on-premise e de colaboração em nuvem, com identificação proativa de anomalias e vulnerabilidades.

d) **Eficiência Operacional:** automação de rotinas de auditoria e controle, otimizando recursos humanos e reduzindo retrabalho.

e) **Gestão de Acessos:** aplicação do princípio do menor privilégio e segregação de funções, garantindo maior segurança e confiabilidade.

f) **Apoio à Tomada de Decisão:** relatórios analíticos consolidados que subsidiem decisões estratégicas e aprimorem processos

internos.

2.7 Relação Entre a Demanda Prevista e a Contratada

2.7.1 A relação entre a demanda prevista e o objeto a ser contratado encontra-se **disposta detalhadamente no Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, evidenciando a **aderência da solução às necessidades institucionais e operacionais identificadas**.

2.8 Impacto Ambiental

2.8.1 Considerando a natureza da contratação, que se refere à **aquisição de licença de software Varonis, incluindo instalação, configuração, operacionalização, suporte técnico e treinamento**, não há previsão de geração de resíduos, emissões ou consumo de recursos naturais que possam ocasionar **impacto ambiental relevante**. A execução do objeto ocorrerá integralmente em **infraestrutura de TI já existente**, sem alterações físicas ou ambientais significativas. Dessa forma, **esta contratação não apresenta impacto ambiental**.

2.9 Impacto Social e Cultural

2.9.1 Os softwares aplicativos e interface do software devem ter a possibilidade de escolha de idioma pelo usuário. Será admitido o idioma inglês somente quando não existir uma versão no idioma português do Brasil.

2.9.2 Visando a inclusão social, a solução deverá possuir um modo de operação para pessoas com dificuldade ou incapacidade de diferenciar cores.

2.9.3 Quanto aos requisitos sociais, os profissionais da(o) CONTRATADA(O), quando nas dependências do TRE-SE, deverão apresentar-se com crachá de identificação, vestidos de forma adequada ao ambiente de trabalho, evitando-se o vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional.

2.10 Conformidade Legal

2.10.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), à Resolução CNJ 468, de 15 de julho de 2022 (Dispõe sobre diretrizes para contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça) e a outras legislações aplicáveis, tais como:

a) Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;

b) Resolução CNJ nº 370/2021, institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

c) Resolução CNJ nº 396, de 7 de junho de 2021, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).

d) Portaria Nº 162 de 10 de junho de 2021 (e anexos), que aprova Protocolos e Manuais criados pela Resolução CNJ nº 396/2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).

e) Norma Complementar nº 08 /IN01/DSIC/GSIPR - Estabelece as Diretrizes para Gerenciamento de Incidentes em Redes Computacionais nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

f) Norma Complementar nº 21 /IN01/DSIC/GSIPR - Estabelece as Diretrizes para o Registro de Eventos, Coleta e Preservação de Evidências de Incidentes de Segurança em Redes nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta.

g) LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018);

h) Marco Civil da Internet Lei nº 12.965/2014;

i) Resolução TSE Nº 23.644, de 1º de julho de 2021, Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral.

j) Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023. Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

l) Estratégia Nacional de Cibersegurança TSE e TREs (2021 a 2024).

2.10.2 Deverão ser observadas, no que se aplicar, as boas práticas de mercado conforme estabelecido nos padrões e metodologias descritas a seguir:

a) NBR ISO/IEC nº 27001:2013 (Sistemas de gestão da segurança da informação — Requisitos);

b) NBR ISO/IEC nº 27002:2013 (Código de prática para controles de segurança da informação);

c) BR ISO/IEC nº 22301:2020 (Segurança da sociedade — Sistema de gestão de continuidade de negócios — Requisitos);

d) NBR ISO/IEC nº 27005:2019 (Gestão de riscos de segurança da informação); e

e) NBR ISO/IEC nº 31000:2018 (Gestão de riscos – Diretrizes).

2.10.3 A solução a ser contratada deve ainda atender a conformidade de normas ISO relacionadas à segurança da informação, dentre elas:

a) ISO 27001: Esta norma estabelece requisitos para um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) e fornece diretrizes para a implementação de controles de segurança adequados. O objeto da contratação deve oferecer recursos que possibilitem o

atendimento aos requisitos da ISO 27001, como a detecção de violações de acesso, controle de permissões, monitoramento de atividades e análise de riscos.

b) ISO 27002: Essa norma ISO fornece diretrizes para implementação de controles de segurança da informação. O objeto da contratação deve auxiliar na implementar controles de segurança recomendados pela ISO 27002, como a classificação de dados, a auditoria e monitoramento de eventos, a gestão de identidades e acessos, entre outros.

c) ISO 27005: Esta norma trata da gestão de riscos de segurança da informação. O objeto da contratação de oferecer recursos de análise de riscos, como a identificação de atividades suspeitas, análise de comportamento, detecção de ameaças internas e recomendações de permissões de acesso, que auxiliam na implementação de uma abordagem de gerenciamento de riscos eficaz.

d) ISO 22301: A norma 22301 é específica para a gestão de continuidade de negócios. Embora o objeto da contratação possua como principal foco a segurança da informação, os recursos de monitoramento, detecção de ameaças e análise comportamentais esperadas na aludida solução podem contribuir indiretamente para a resiliência e continuidade dos negócios, fornecendo informações valiosas para a tomada de decisões relacionadas à continuidade operacional e gestão de incidentes cibernéticos.

3. LICITAÇÃO

3.1 Natureza do Objeto da Contratação

3.1.1 Contratação de licença de uso, com garantia, de software especializado em proteção de dados sensíveis, com análise comportamental de usuários do Microsoft Active Directory, servidores de arquivos on-premise (Windows ou Linux) e NAS. Inclui instalação, configuração, operacionalização, suporte técnico, serviço de apoio operacional por **24 (vinte e quatro) meses** e treinamento, conforme as diretrizes da Resolução CNJ nº 468/2021.

3.2 Parcelamento e Adjudicação

3.2.1 A aquisição proposta refere-se a uma **solução integrada de software de auditoria, monitoramento, automação e controle em ambiente Microsoft on-premise**, incluindo **licenciamento, implantação, treinamento oficial e suporte**.

3.2.1.1 O parcelamento do objeto **não é viável**, pois cada componente da solução é **interdependente**: a implantação depende do licenciamento, o treinamento da equipe só é efetivo após a instalação, e o suporte está vinculado à configuração completa. Separar essas etapas comprometeria a **eficácia, integridade funcional e continuidade operacional**.

3.2.1.2 A contratação integral também garante **eficiência, economicidade e padronização**, evitando retrabalho, incompatibilidades e custos adicionais, alinhando-se às **boas práticas de governança de TIC e segurança da informação**.

3.2.2 A Adjudicação do objeto é menor preço por grupo de itens (lote).

3.3 Vistoria Prévia

3.3.1 Não se aplica à presente contratação em razão da natureza do objeto.

3.4 Participação de Cooperativas

3.4.1 Não se aplica à presente contratação em razão da natureza do objeto.

3.5 Participação de Consórcios

3.5.1 Não é admitida a participação de interessadas(os) que se apresentem constituídas(os) sob a forma de consórcio, considerando que se trata de licitação em que o objeto é comum, simples e de pequena monta, assegurada, portanto, a ampla competitividade

3.6 Sustentabilidade

3.6.1 A presente contratação considera princípios de sustentabilidade, priorizando soluções de tecnologia da informação que promovam eficiência energética, redução do consumo de recursos físicos, utilização de serviços e suporte remoto, prolongamento da vida útil de licenças e equipamentos, e capacitação de usuários para uso eficiente do software, de modo a minimizar impactos ambientais e atender às diretrizes da administração pública para práticas sustentáveis.

3.7 Modalidade e Tipo de Licitação

3.7.1 Os bens pretendidos são oferecidos por diversas(os) fornecedoras(es) da marca e apresentam características padronizadas e usuais de mercado, sendo permitida a adoção da modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, à luz do disposto no artigo 29, da Lei 14.133/2021.

3.7.2 O certame se destina à AMPLA PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORAS(ES), observando que a comercialização dos produtos está limitada a um conjunto específico de fornecedores.

3.7.3 Aplicação da Margem de Preferência na Seleção da(o) Fornecedor(a)(Fornecedor)

3.7.3.1 Considerando a natureza do objeto da contratação, não se aplica a utilização da margem de preferência na seleção da(o) fornecedora(Fornecedor).

3.7.4 Critério de Julgamento da Proposta e Adjudicação do Objeto

3.7.4.1 O **juízo** da licitação será realizado pelo critério do MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM, observadas as regras de

aceitação das propostas fixadas no Ato Convocatório.

3.7.4.2 A **adjudicação** do objeto será realizada segundo o critério de julgamento fixado no item **3.7.4.1**.

3.8 Requisitos da proposta comercial

3.8.1 As(Os) licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar todas as especificações e as condições previstas para a contratação, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, formular imediata comunicação ao TRE-SE, para fins de esclarecimento no prazo de até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura da sessão pública.

3.8.2 A participação no presente certame representa completa e irrestrita aceitação das condições, bem como a garantia de seu cumprimento, referente aos serviços ou fornecimento de bens, prazos e demais obrigações fixadas no Edital, independente de declaração expressa da(o) licitante.

3.8.3 Todos os custos, diretos e indiretos, incidentes sobre a execução da contratação deverão ser considerados por ocasião da elaboração da proposta, não cabendo qualquer alegação posterior de erro e/ou não consideração do ônus assumido.

3.8.4 As(Os) licitantes provisoriamente classificadas(os) em primeiro lugar, no prazo concedido pela(o) Pregoeira(o), que será de no mínimo 2 (duas) horas contadas da convocação, prorrogável nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 (artigo 29, § 2º), deverão:

3.8.4.1 **Apresentar informações comprobatórias das características solicitadas**, mediante a remessa de documentos fornecidos pela(o) fabricante do produto, tais como catálogos, manuais, fichas de especificação técnica, prospectos, portfólios e/ou informações obtidas em sítios oficiais da(o) fabricante na Internet, devendo-se, nesse caso, fornecer URL (Uniform Resource Locator) ou apresentar declaração da(o) fabricante.

3.8.4.1.1 Na hipótese de os catálogos, manuais, folhetos técnicos, página na web ou declaração da(o) fabricante [desde que ela(e) não seja a(o) própria(o) licitante] não apresentarem explicitamente as informações comprobatórias de algum dos itens de especificação, a(o) licitante deverá indicar essa condição em sua proposta, responsabilizando-se pela informação fornecida e/ou apresentando outra fonte que possa esclarecer eventuais dúvidas.

3.8.4.1.2 **A(O) licitante fica dispensada(o) de encaminhar catálogos, manuais, folhetos técnicos ou declaração da(o) fabricante, caso sejam indicados links em páginas da WEB para comprovação mencionada.**

3.8.5 A documentação exigida no item **3.8.4** deve ser apresentada preferencialmente em português (Brasil).

3.8.6 A(O) Pregoeira(o), com o auxílio da Equipe de Apoio à Contratação (EAC), se necessário, avaliará os documentos e informações apresentados nos termos do item **3.8.4** e fará constar dos autos as informações a respeito da conformidade ou não às especificações, por meio de pronunciamento técnico conclusivo pela aprovação ou reprovação da proposta da(o) licitante.

3.8.7 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no chat do sistema.

3.8.8 Se deixar de apresentar os documentos conforme estabelecido no Edital ou não providenciar o saneamento das incorreções apontadas no prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o), a proposta da(o) licitante será desclassificada.

3.8.9 A proposta deverá ser registrada **para cada item** em campo próprio do sistema eletrônico (<http://www.gov.br/compras>).

3.9 Critérios de Habilitação

3.9.1 Habilitação Jurídica (art. 66, da Lei 14.133/2021)

3.9.1.1 As exigências de habilitação jurídica são as usuais relativas à generalidade do objeto, conforme disciplinado no Ato Convocatório.

3.9.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista (art. 68, da Lei 14.133/2021)

3.9.2.1 As exigências de habilitações fiscal, social e trabalhista são as usuais relativas à generalidade do objeto, conforme disciplinado no Ato Convocatório.

3.9.3 Qualificação Econômico-Financeira (art. 69, da Lei 14.133/2021)

3.9.3.1 Para fins de demonstração da qualificação econômico-financeira, a(o) licitante deverá apresentar certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da(o) licitante, conforme artigo 69, inciso II, da Lei 14.133/2021.

3.9.4 Qualificação Técnica (art. 67, da Lei 14.133/2021)

3.9.4.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

3.9.4.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

3.9.4.2.1 Fornecimento de licenciamento de software, permanente ou por subscrição, referente a solução PROTEÇÃO DE DADOS SENSÍVEIS COM ANÁLISE COMPORTAMENTAL DE USUÁRIOS PARA AMBIENTE ON-PREMISE ou AMBIENTE DE NUVEM (MICROSOFT SHAREPOINT ONLINE OU GOOGLE DRIVE OU AWS S3), incluindo serviços de parametrização, operacionalização e implantação, no quantitativo mínimo de 600 (seiscentos) usuários, cujo(s) atestado(s) de capacidade técnica comprove fornecimentos do Item 1 (ou similar) desde Termo de Referência.

3.9.4.2.2 Prestação de SERVIÇO DE APOIO OPERACIONAL E INVESTIGAÇÃO DE COMPORTAMENTOS SUSPEITOS, ou equivalente, por prazo mínimo de **12 (doze) meses**.

3.9.4.2.3 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

3.9.4.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

3.9.4.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

3.9.5 Outras Exigências da Fase de Habilitação

3.9.5.1 O Ato Convocatório, se necessário, indicará demais condições/requisitos previstos na legislação vigente aplicável à generalidade do objeto a ser contratado e que estão sujeitos à comprovação na fase de habilitação, a exemplo do disposto no [art. 63](#), inciso IV da Lei 14.133/2021.

3.10 Critérios de Aceitabilidade de Preços

3.10.1 O valor máximo aceitável da proposta de preços no certame corresponde ao VALOR TOTAL DO ITEM (valor de referência), informado na tabela do item 1.2.1 deste TERMO DE REFERÊNCIA.

3.10.2 O valor global estimado do certame consta do Anexo "Especificações Técnicas".

3.10.3 Configura indício de inexecuibilidade a proposta que apresentar VALOR INFERIOR A 50% (cinquenta por cento) do valor de referência correspondente, hipótese em que será realizada diligência para sua aferição (Súmula TCU 262 e artigo 34 da [IN SEGES/ME 73/2022](#)).

3.11 Aplicação do Decreto 7.174/2010 na Seleção da(o) Fornecedor(a)(Fornecedor)

3.11.1 Considerando que o objeto da presente contratação consiste na aquisição de licença de uso de software especializado em proteção de dados sensíveis, com análise comportamental de usuários e integração a servidores on-premise e NAS, verifica-se que não se enquadra nos critérios de bens ou serviços com tecnologia desenvolvida no Brasil ou produzidos conforme o Processo Produtivo Básico (PPB), conforme previsto nos artigos 5º e 6º do Decreto nº 7.174/2010.

3.11.2 Dessa forma, não se aplica o referido Decreto na seleção da(o) fornecedora(Fornecedor), tendo em vista a natureza do objeto e a inexistência de requisito legal que determine preferência para softwares que não atendam aos critérios de nacionalidade tecnológica estabelecidos no Decreto.

4 EXECUÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 Papéis Desempenhados na Contratação

4.1.1 A tabela abaixo apresenta os papéis a serem desempenhados pelo CONTRATANTE e pela(o) CONTRATADA(O):

Id	Função	Responsável	Atribuições
1	Gestora(Gestor) da Contratação	Servidora(Servidor) da Secretaria Judiciária	Atribuições gerenciais para coordenar e comandar o processo de gestão e de fiscalização da execução contratual, compreendendo as atividades detalhadas no Guia de Contratações TIC (itens principais: 2, 5.5, 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 7.5), instituído pela Resolução CNJ 468/2022.
2	Fiscal Técnica(o) da Contratação	Servidora(Servidor) da Secretaria de Tecnologia de Informação	Atribuições de fiscalizar a contratação quanto aos aspectos técnicos da solução de TIC, compreendendo as atividades detalhadas no Guia de Contratações TIC (itens principais: 2, 5.5, 7.1, 7.3, 7.4, 7.5) instituído pela Resolução CNJ 468/2022.
3	Fiscal Demandante	Servidora(Servidor) da Secretaria Judiciária	Designada(o) pela autoridade competente dessa área para fiscalizar a contratação do ponto de vista de negócio e funcional da solução de TIC.
4	Fiscal Administrativa(o) da Contratação	Servidora(Servidor) da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade	Atribuições de fiscalizar a contratação quanto aos aspectos administrativos da solução de TIC, compreendendo as atividades detalhadas no Guia de Contratações TIC (itens principais: 2, 5.5, 7.1, 7.3, 7.4, 7.5) instituído pela Resolução CNJ 468/2022.
5	Preposta(o)	Funcionária(o) da(o) CONTRATADA(O)	a) Acompanhar a execução da contratação; b) Atuar como interlocutora(interlocutor) principal junto ao CONTRATANTE; c) Receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

6	Representante da(o) CONTRATADA(O)	Responsável legal da(o) CONTRATADA(O)	Designada(o) para realizar a assinatura do Contrato, caso tal poder não tenha sido delegado para a(o) preposta(o).
---	--------------------------------------	---	--

Tabela 4 - Agentes envolvidas(os) na gestão e na execução da contratação.

4.2 Formas de Comunicação e Acompanhamento da Execução da Contratação

4.2.1 Os instrumentos formais a serem utilizados durante a vigência contratual e a vigência da garantia estão listados abaixo:

MECANISMO	OBJETIVO	MEIO DE COMUNICAÇÃO
Ofício impresso	Enviar notificações e convocações administrativas à(ao) CONTRATADA(O).	Correios.
E-mail	Enviar documentos, notificações e convocações administrativas à(ao) CONTRATADA(O), enviar e receber informações de suporte técnico, esclarecimento de dúvidas técnicas ou administrativas, bem como para abertura de chamados técnicos.	Endereço de correio eletrônico a ser fornecido pela(o) CONTRATADA(O). Este meio será utilizado de forma preferencial na etapa de fornecimento dos bens.
Chat	Abertura, registro e acompanhamento de chamados de suporte técnico.	Serviço de chat a ser eventualmente fornecido pela(o) CONTRATADA(O).
Página de serviços na internet	Abertura, registro e acompanhamento de chamados de suporte técnico.	Página de serviços na internet a ser fornecida pela(o) CONTRATADA(O).
Central telefônica/ telefone	Abertura, registro e acompanhamento de chamados de suporte técnico.	Número 0800 ou com DDD igual ao da sede do Contratante, preferencialmente. Atendimento em horário comercial.
Número de telefone móvel com acesso ao aplicativo WhatsApp	Enviar notificações e convocações administrativas à(ao) CONTRATADA(O), enviar e receber informações de suporte técnico, esclarecimento de dúvidas técnicas ou administrativas.	Número de telefone móvel a ser fornecido pela(o) CONTRATADA(O).

Tabela 5 – Meios de comunicação utilizados na contratação

4.3 Principais Marcos e Eventos da Execução da Contratação

4.3.1 A tabela abaixo foi elaborada com os principais marcos e eventos relevantes que ocorrerão durante a execução da contratação:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO	ATOES	ARTEFATO	CANAL
1	Envio/Assinatura do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo	Até o recebimento da Nota Fiscal	Preposta(o) ou Representante da(o) CONTRATADA(O)	Termo de compromisso de manutenção de Sigilo assinado	E-mail

2	Entrega do material	<p>1 O prazo de entrega das licenças é de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho, conforme o caso.</p> <p>2 Os serviços de implantação, parametrização e operacionalização das licenças será de até 15 (quinze) dias, contados da entrega das licenças.</p> <p>O treinamento oficial deve ser ministrado em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da comunicação da(o) gestora(gestor) da contratação.</p>	Preposta(o) ou Representante da(o) CONTRATADA(O)	Recibo	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
3	Recebimento provisório	Após o recebimento de cada item.	Equipe de Gestão/Fiscalização da Contratação	Termo de Recebimento provisório	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
4	Recebimento Definitivo	Até 15 (quinze) dias contados do recebimento dos itens ou do saneamento das ocorrências nele apontadas	Equipe de Gestão/Fiscalização da Contratação	Termo de Recebimento definitivo	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

Tabela 6 - Execução da contratação

4.4 Dinâmica da Gestão e da Execução

4.4.1 A contratação do objeto desta licitação será formalizada por intermédio de CONTRATO ou de NOTA DE EMPENHO, conforme o caso, nos termos do artigo 95 da Lei 14.133/2021, sendo parte integrante da contratação este Instrumento, os demais anexos ao Ato Convocatório e a proposta da(o) CONTRATADA(O).

4.4.1.1 A empresa adjudicatária será convocada por e-mail para, no prazo de até **2 (dois) dias úteis**, assinar o Contrato ou receber/retirar a Nota de Empenho, conforme o caso, sendo o termo inicial do prazo para assinatura/recebimento/retirada o dia útil seguinte ao encaminhamento do e-mail.

4.4.2 A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.4.3 As comunicações entre o TRE-SE e a(o) CONTRATADA(O) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4.3.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá informar endereço eletrônico (*e-mail*) e número de telefone móvel com acesso ao aplicativo WhatsApp para recebimento de comunicações escritas relacionadas à contratação.

4.4.4 As comunicações de atos processuais serão realizadas por meio de mensagem eletrônica enviada ao endereço de e-mail informado pela(o) CONTRATADA(O) e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei.

4.4.5 O TRE-SE poderá convocar Representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.4.6 A execução do objeto desta contratação deve atender as condições indicadas no Anexo "Especificações Técnicas".

4.4.7 Os produtos serão disponibilizados à Seção de Suporte, localizada na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, com endereço no Centro Administrativo Governador Augusto Franco - CENAF, Lote 7, Variante 2, Bairro Capucho - CEP 49081-000 -

Aracaju/SE, no horário das 7h às 13h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

4.4.7.1 A(O) CONTRATADA(O), **se for o caso**, deverá fornecer todas as licenças, insumos, suprimentos e componentes necessários para a instalação e para o pleno funcionamento dos equipamentos, objeto deste Instrumento, não cabendo nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE.

4.4.7.2 Caso o bem seja de origem importada, a(o) CONTRATADA(O) deverá, no momento da entrega do objeto, declarar se o adquiriu no mercado interno ou, diretamente, no mercado externo, quando deverá comprovar plena quitação dos tributos de importação a ele referentes, sob pena de extinção contratual e multa.

4.4.8 A presente contratação envolve a execução de serviços.

4.4.9 A presente contratação se restringe à entrega dos itens, cabendo a realização da rotina de recebimento conforme descrito na **Tabela 6**.

4.4.10 A contratação terá vigência de **120 (cento e vinte) dias** contados da assinatura do Contrato ou do recebimento da Nota de Empenho, conforme o caso.

4.4.11 Haverá necessidade de realização de treinamento no âmbito da presente contratação.

4.5 Fiscalização e Acompanhamento da Execução Contratual

4.5.1 A execução contratual será fiscalizada e acompanhada por Representantes do TRE-SE especialmente designadas(os) como *agentes de fiscalização*, ou por suas(eus) substitutas(os).

4.5.1.1 A fiscalização/gestão da contratação será realizada por servidoras(es) para esse fim designadas(os) e atuarão em conformidade com as atribuições indicadas neste Instrumento.

4.5.2 Quaisquer das(os) servidoras(es) designadas(os) para desenvolver conjuntamente as atividades de acompanhamento e fiscalização da execução contratual terão poderes para determinar a correção de inconsistências, para propor alterações contratuais ou de procedimentos e para solicitar a abertura de processo administrativo para eventual aplicação das sanções administrativas cabíveis.

4.5.3 As(Os) agentes de fiscalização do TRE-SE devem atuar em conformidade com as seguintes diretrizes:

4.5.3.1 Acompanhar a execução a fim de verificar a compatibilidade dos bens fornecidos com as especificações exigidas.

4.5.3.2 Determinar o que for necessário à solução das irregularidades detectadas na execução contratual.

4.5.3.3 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação/fornecimento do objeto, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

4.5.3.4 Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos fornecidos que não obedecerem ao disposto neste Instrumento, nos demais anexos ao Ato Convocatório e na proposta da(o) CONTRATADA(O).

4.5.3.5 Informar a suas(eus) superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

4.5.3.6 Solicitar auxílio de Unidades especializadas do TRE-SE (inclusive as unidades de assessoramento jurídico e de auditoria), que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-las(os) com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

4.5.3.7 Promover a aceitação/recebimento do objeto contratado, após verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas no Edital e na proposta da(o) CONTRATADA(O), procedendo-se a observações, se necessário.

4.6 Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.6.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá garantir a segurança das informações do TRE-SE e se comprometer a não divulgar ou fornecer a terceiros pessoas quaisquer dados e informações que eventualmente tenha recebido do TRE-SE, a menos que autorizada(o) formalmente e por escrito para tal.

4.6.2 A(O) CONTRATADA(O) e suas(eus) profissionais devem manter sigilo absoluto sobre documentos elaborados e informações eventualmente obtidas dentro do TRE-SE.

4.7 Instrumentos Formais de Solicitação do Objeto

4.7.1 A solicitação formal do produto será realizada por meio de e-mail, no momento do envio do Contrato ou da Nota de Empenho, conforme o caso.

4.8 Níveis de Serviços Exigidos (NSE)

4.8.1 A previsão de níveis de serviço não será exigido para a presente contratação.

4.9 Qualificação Técnica das(os) Profissionais

4.9.1 Não será exigida qualificação técnica das(os) profissionais para a presente contratação.

4.10 Forma de Recebimento Provisório/Definitivo

4.10.1 O objeto será recebido:

a) **provisoriamente**, de forma sumária, pela Gestão/Fiscalização da Contratação, com verificação posterior da conformidade do bem com as exigências contratuais;

a.1) identificada a inconformidade do bem, a(o) licitante terá **10 (dez) dias contados da comunicação** para atender as ocorrências

apontadas pelos(as) fiscais técnicas(os).

b) **definitivamente**, pela(o) gestora(gestor) ou comissão designada pela autoridade competente, em até **15 (quinze) dias**, a contar do recebimento provisório **ou do saneamento das ocorrências nele apontadas**, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

4.10.2 A Gestão/Fiscalização, exercida no interesse do TRE-SE, e os recebimentos provisório e definitivo não excluirão ou reduzirão a responsabilidade da(o) CONTRATADA(O) pela adequada execução do objeto pactuado ou pelos danos e prejuízos causados (por culpa ou dolo) ao TRE-SE ou a terceiras pessoas.

4.10.3 Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, pela(o) CONTRATADA(O), de inconsistências verificadas na execução/entrega do objeto ou no instrumento de cobrança.

4.11 Liquidação, Pagamento e Retenções

4.11.1 Da Liquidação

4.11.1.1. A liquidação será efetivada em conformidade com os recebimentos provisório e/ou definitivo realizado pela(o)s agentes de fiscalização do TRE-SE e com base na(s) Nota(s) Fiscal(is) (ou documento de cobrança equivalente) referente ao valor dos bens/serviços recebidos, observando-se o cronograma de pagamento (item 4.11.3 deste documento)

4.11.1.2 A liquidação será efetivada em conformidade com o recebimento realizado pela Gestão/Fiscalização do TRE-SE e com base na Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) referente ao valor dos bens recebidos.

4.11.1.3 Recebida a Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente), correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis para fins de liquidação**, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais ([IN SEGES/ME 77/2022, art. 7º](#)).

4.11.1.3.1 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo a que alude o item **4.11.1.3** será reduzido pela metade, mantida a possibilidade de prorrogação.

4.11.1.4 Para fins de liquidação, a(o) CONTRATADA(O) deve apresentar Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) com os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados da(o) Nota de Empenho/Contrato e do órgão CONTRATANTE;
- d) o período respectivo de execução contratual;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.11.1.4.1.1 Qualquer incorreção na Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) comunicada à(ao) CONTRATADA(O) suspenderá o pagamento, até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE-SE encargos financeiros adicionais.

4.11.1.5 A Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei 14.133/2021](#).

4.11.1.6 A(O) Gestora(Gestor) deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação ou proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

4.11.1.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da(o) CONTRATADA(O), será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

4.11.1.7.1 Na hipótese de irregularidades atinentes às condições de habilitação, a(o) CONTRATADA(O) poderá apresentar documento/certidão válida(o) correspondente à situação com pendência no SICAF.

4.11.1.7.2 O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do TRE-SE.

4.11.1.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o TRE-SE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da(o) CONTRATADA(O), bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.11.1.9 Persistindo a irregularidade, o TRE-SE avaliará a adoção de medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à(ao) CONTRATADA(O) a ampla defesa.

4.11.1.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção contratual, caso a(o) CONTRATADA(O) não regularize sua situação.

4.11.2 Do Pagamento

4.11.2.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa ([IN SEGES/ME 77/2022, art. 7º](#)).

4.11.2.1.1 O prazo de que trata o item **4.11.2.1** será reduzido à metade nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021](#).

4.11.2.1.2 O prazo referido no item **4.11.2.1.1** poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.11.2.2 A presente contratação não permitirá a antecipação de pagamento nem a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

4.11.2.3 Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos, por causa atribuída exclusivamente ao TRE-SE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da fórmula "EM = N x VP x I", em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

4.11.2.3.1 Salvo a atualização financeira prevista no item **4.11.2.3**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

4.11.2.4 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela(o) CONTRATADA(O).

4.11.2.5 Considerado-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento .

4.11.2.6 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da(o) CONTRATADA(O), nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

4.11.2.7 Caso a(o) CONTRATADA(O) opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante deste Instrumento, deverá, por ocasião do(s) pagamento(s), comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto.

4.11.3 Cronograma de pagamento

4.11.3.1 O pagamento da presente contratação será efetuado de acordo com a entrega dos itens.

4.11.3.2 A(O) CONTRATADA(O) emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo correspondente a cada item entregue, após a(o) integrante técnica(o) verificar a conformidade.

4.11.3.2.1 O pagamento do primeiro e segundo item dispensa recebimento definitivo da solução, o qual deverá ocorrer após a regular execução de todos os itens que a compõem.

4.11.3.2.2 Na hipótese de a(o) CONTRATADA(O) não executar o item os itens 2 e 3, o CONTRATANTE, a seu critério, fará o recebimento definitivo dos outros itens entregues.

4.11.3.2.3 A não execução total da Contratação sujeita a(o) CONTRATADA(O) às penalidades previstas neste Instrumento e na legislação pertinente.

4.11.4 Das Retenções

4.11.4.1 Os pagamentos a serem efetuados em favor da(o) CONTRATADA(O) estarão sujeitos às retenções na fonte do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB 1.234/2012 (e alterações), conforme determina o artigo 64 da Lei 9.430/1996 (e alterações).

4.12 Subcontratação

4.12.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.13 Alteração das Condições da Contratação

4.13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei 14.133/2021.

4.13.2 A(O) CONTRATADA(O) é obrigada(o) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

4.13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, ou instrumento equivalente, submetido à prévia aprovação do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

4.13.4 Registros que não caracterizam alteração da contratação podem ser realizados por simples apostila, ou instrumento equivalente, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.13.5 A contratação está sujeita a ser alterada nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

4.14 Suspensão da Contratação

4.14.1 A contratação poderá ser suspensa, observados os termos dos artigos 115, §5º, e 147, da Lei 14.133/2021, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do CONTRATANTE, caso em que será comunicado à(o) CONTRATADA(O).

4.15 Extinção Contratual

4.15.1 A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações estipuladas por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo-se, conforme o caso, às previsões dos artigos 138 e 139 do referido dispositivo legal.

4.15.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser constituída(o) em mora, cabendo ao CONTRATANTE optar pela extinção da contratação.

4.15.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

4.15.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

4.15.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

4.15.3.3 Indenizações e multas.

4.15.4 A extinção da contratação não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

4.16 Garantia da Contratação

4.16.1 A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, e deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

4.16.2 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o CONTRATADO não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.16.3 A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.16.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

4.16.5 Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.16.6 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.16.7 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao CONTRATADO; e

c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO, quando couber.

4.16.8 Quando houver opção pela modalidade seguro-garantia, o prazo para apresentação da garantia será de 1 (um) mês, contados da homologação da licitação.

4.16.9 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.16.10 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

4.16.11 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

4.16.12 No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.16.13 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.16.14 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.16.15 O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.16.16 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.16.17 Extingir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.16.18 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONTRATADO.

4.16.19 O CONTRATADO autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste contrato.

4.17 Manutenção e Garantia

4.17.1 Os requisitos relativos à manutenção e à garantia, no âmbito da presente contratação, estão descritos no anexo "Especificações Técnicas".

4.18 Transferência de Conhecimento

4.18.1 A transferência de conhecimento se dará por meio da aquisição dos itens 2 e 3 desta contratação.

4.19 Direitos de Propriedade Intelectual e Direitos Autorais

4.19.1 Não serão exigidos para a presente contratação, em razão da natureza do objeto.

4.20 Obrigações do CONTRATANTE

4.20.1 Emitir Nota de Empenho.

4.20.2 Proporcionar à(ao) CONTRATADA(O) as condições indispensáveis à/ao execução/fornecimento do objeto deste Instrumento.

4.20.3 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela(o) Representante ou Preposta(o) da(o) CONTRATADA(O).

4.20.4 Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, em todas as suas fases, a fim de que sejam plenamente cumpridas as especificações do objeto pactuado, exigindo da(o) CONTRATADA(O) o cumprimento de todas as obrigações por ela(e) assumidas.

4.20.5 Receber e conferir os bens em conformidade aos prazos fixados neste Instrumento e nos demais Anexos ao Ato Convocatório, verificando a sua compatibilidade com as especificações estabelecidas e rejeitando, no todo ou em parte, se houver irregularidades.

4.20.6 Efetuar o(s) pagamento(s) à(ao) CONTRATADA(O) de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas.

4.20.7 Comunicar formalmente à(ao) CONTRATADA(O) quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), para que o objeto seja por ela(e) substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

4.20.8 Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste ([art. 123 da Lei 14.133/2021](#)).

4.20.8.1 Concluída a instrução do requerimento, o TRE-SE terá o prazo de 1 (um) mês para emitir decisão, admitida a prorrogação motivada por igual período.

4.21 Obrigações da(o) ADJUDICATÁRIA(O)/CONTRATADA(O) e suas Vedações

4.21.1 A(O) ADJUDICATÁRIA(O)/CONTRATADA(O), além de cumprir as condições previstas no Anexo "Especificações dos Bens" e em outras cláusulas/itens deste Instrumento e dos demais documentos que compõem o Edital, **deverá atender às seguintes obrigações e vedações:**

4.21.1.1 Durante a fase pré-contratual, a empresa ADJUDICATÁRIA obriga-se a:

4.21.1.1.1 Comprovar a manutenção das condições de habilitação informadas por ocasião do certame licitatório, particularmente em relação à regularidade fiscal federal e trabalhista, bem como a inexistência de obstáculos ao direito de contratar com a Administração Pública.

4.21.1.1.2 Comprovar o atendimento das seguintes condições:

4.21.1.1.2.1 Não possuir inscrição no cadastro de empregadoras(es) flagradas(os) explorando trabalhadoras(es) em condições análogas às de escravo(o), instituído pela [Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR nº 18](#), de 13 de setembro de 2024.

4.21.1.1.2.1.1 O Cadastro de Empregadoras(es) previsto na Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR 18/2024, está disponível para consulta no sítio institucional do Ministério do Trabalho e Emprego na rede mundial de computadores, conforme prevê o artigo 2º (https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf).

4.21.1.1.2.2 Não ter sido condenada(o), a(o) licitante vencedora(vencedor) ou suas(seus) dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do [Decreto 5.017/2004](#) (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT [C029 - Trabalho Forçado ou Obrigatório](#) e [C105 - Abolição do Trabalho Forçado](#).

4.21.1.1.2.2.1 A condição prevista neste item será comprovada por meio de declaração firmada por Representante legal da(o) CONTRATADA(O), sendo que a declaração falsa sujeitará a empresa às sanções previstas em lei e neste Instrumento.

4.21.1.1.3 Indicar os dados pessoais e contatos comerciais de agente responsável por sua representação legal.

4.21.1.1.3.1 A(O)(s) Representante(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) realizar, caso necessário, cadastro para acesso ao SEI para fins de assinatura digital, conforme procedimento repassado pela Seção de Contratos (SECON).

4.21.1.1.3.2 A(O)(s) Representante(s) será(ão) responsável(eis) pela gestão administrativa da contratação e deverá(ão) ter poderes para assinar requerimentos ou petições, formalizar contratação e seus aditamentos, receber intimações e notificações, entre outras.

4.21.1.1.4 Apresentar os demais documentos e informações necessários e suficientes à formalização da contratação.

4.21.1.1.5 Receber Nota de Empenho e assinar o respectivo Contrato, conforme o caso.

4.21.1.1.6 Não possuir registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), cuja consulta é obrigatória para a celebração da contratação, nos termos do artigo 6º-A, da Lei 10.522/2002, e do artigo 11-A, III, da Portaria PGFN nº 819/2023.

4.21.1.2 Firmada a contratação, a(o) CONTRATADA(O) deve atender às seguintes obrigações:

4.21.1.2.1 Obrigações gerais:

4.21.1.2.1.1 Indicar, no prazo de assinatura do Contrato ou de recebimento da Nota de Empenho, conforme o caso, **2 (dois) dias úteis**, Preposta(o) para representá-la(o) na execução do objeto contratual, com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, reservando-se ao TRE-SE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição (em igual prazo), caso em que a(o) CONTRATADA(O) deverá indicar outra(o) Representante.

4.21.1.2.1.2 Fornecer os objetos cumprindo os parâmetros e rotinas estabelecidos no Edital, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

4.21.1.2.1.3 Responsabilizar-se no sentido de cumprir o que determina a legislação de âmbito federal, estadual e municipal, pertinente ao objeto contratado.

4.21.1.2.1.4 Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação.

4.21.1.2.1.5 Prestar assistência técnica gratuita durante o prazo de garantia, nos termos e prazos definidos no Anexo "Especificações Técnicas".

4.21.1.2.1.5.1 A(O) CONTRATADA(O) deve fornecer um meio de comunicação com vistas ao acionamento da garantia, podendo ser, no mínimo, qualquer um dos meios abaixo:

a) endereço de e-mail;

b) Sistema informatizado acessado via web.

c) número de telefone local, que permita chamada a cobrar ou 0800.

4.21.1.2.1.6 Manter, durante a vigência/execução contratual, todas as condições exigidas para a contratação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

4.21.1.2.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e pelas demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto contratual.

4.21.1.2.1.8 Acatar as decisões, observações e sugestões feitas pelas(os) agentes de fiscalização do TRE-SE, que serão formuladas por escrito e enviadas, preferencialmente, por meio de comunicação eletrônica (*e-mail*).

4.21.1.2.1.9 Facilitar o pleno exercício das funções exercidas pelas(os) agentes de fiscalização do TRE-SE, atendendo às solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações que o CONTRATANTE julgue necessárias e pertinentes ao objeto da contratação.

4.21.1.2.1.9.1 Os esclarecimentos solicitados pelas(os) agentes de fiscalização do TRE-SE deverão ser respondidos no prazo de **24 (vinte quatro) horas**. Pode ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

4.21.1.2.1.10 Informar endereço eletrônico (*e-mail*) e número de telefone que disponha da funcionalidade WhatsApp para realização de tratativas durante a execução da contratação, como também para receber eventuais comunicações referentes a atos processuais.

4.21.1.2.1.11 Apresentar tempestivamente toda a documentação necessária à liquidação da despesa e ao pagamento.

4.21.1.2.1.11.1 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a(o) CONTRATADA(O) deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da(o) CONTRATADA(O); 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

4.21.1.2.1.12 Observar a Lei nº 13.709/2018 e as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE-SE, instituído pela Resolução 120/2015 TRE-SE, disponível em: <https://www.tre-se.jus.br/institucional/etica-e-integridade/etica-profissional-e-disciplina>.

4.21.1.2.1.13 Assinar **Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no TRE-SE, e cuidar para que todas(os) as(os) empregadas(os) diretamente associadas(os) à contratação assinem o **Termo de Ciência**, ambos anexados ao Ato Convocatório.

4.21.1.2.1.14.1 O acesso às dependências do TRE-SE está condicionado ao atendimento da exigência indicada no item **4.21.1.2.1.14**.

4.21.1.2.2 Obrigações aplicáveis em razão da natureza do objeto contratado:

4.21.1.2.2.1 A(O) CONTRATADA(O) deverá cumprir as condições e obrigações previstas nos demais Anexos ao Ato Convocatório, com destaque para aquelas constantes das "Especificações Técnicas".

4.21.1.3 Vedações aplicáveis à(ao) CONTRATADA(O):

4.21.1.3.1 Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

4.21.1.3.2 Subcontratar ou sub-rogar (ceder ou transferir) total ou parcialmente a contratação.

4.21.1.3.3 Caucionar ou utilizar o Contrato e/ou a Nota de Empenho para qualquer operação financeira.

4.21.1.3.4 Interromper a execução da avença sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

4.22 Estimativa de Preços

4.22.1 A estimativa de preços está disposta na **Tabela 1** – Objeto detalhado, do item **1.2.1**.

4.23 Adequação Orçamentária

4.23.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cujas dotações orçamentárias, descritas abaixo, constarão do Termo de Contrato e da respectiva Nota de Empenho.

Programa(s) de Trabalho	
Natureza da Despesa	
Fonte de Recursos	
Elemento de Despesa	
Plano Interno	

Tabela 7 – Adequação orçamentária

4.24 Reajuste de Preços

4.24.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.24.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.24.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

4.24.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.24.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.24.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.24.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

4.25 Vigência da Contratação

4.25.1 O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses** contados da data de assinatura do contrato, prorrogável, caso necessário, por até 10(dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.26 Sanções Administrativas Relacionadas à Contratação

4.26.1 Infrações e Sanções Administrativas

4.26.1.1. Configuram infrações administrativas às quais está sujeita(o) a(o) ADJUDICATÁRIA(O) ou a(o) CONTRATADA(O), nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021:

4.26.1.1.1 Dar causa à inexecução parcial da contratação.

4.26.1.1.2 Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

4.26.1.1.3 Dar causa à inexecução total da contratação.

4.26.1.1.4 Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.

4.26.1.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado.

4.26.1.1.6 Prestar declaração falsa durante a execução da contratação.

4.26.1.1.7 Praticar ato fraudulento na execução da contratação.

4.26.1.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

4.26.1.1.9 Praticar ato lesivo previsto nos incisos I, II, III, IV, "d", "e", "f" e "g", do [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

4.26.1.2 O TRE-SE, eventualmente verificadas as infrações referidas no item 4.26.1, poderá aplicar à(ao) CONTRATADA(O) as seguintes sanções administrativas:

4.26.1.2.1 Advertência.

4.26.1.2.2 Multa.

4.26.1.2.3 Impedimento de licitar e contratar.

4.26.1.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

4.26.1.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 4.26.1.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 4.26.1.3.2 As peculiaridades do caso concreto.
- 4.26.1.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 4.26.1.3.4 Os danos que da infração provierem para a Administração Pública.
- 4.26.1.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4.26.1.4 Relação entre os tipos de penalidade e hipóteses de aplicabilidade:

Penalidade	Hipótese(s) de aplicabilidade	Observação	Competência para aplicação	Dosimetria
Advertência	Dar causa à inexecução parcial da contratação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.	Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.	Gestão/Fiscalização da Contratação	
Multa	Todas aquelas previstas reproduzidas no item 4.26.1 deste Instrumento.	<p>1. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.</p> <p>2. As multas a que alude este Instrumento não impedem que a Administração promova a extinção unilateral da contratação e/ou aplique este tipo de sanção cumulativamente com as demais.</p> <p>3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.</p> <p>4. Quadro elucidativo (infrações, percentuais, base de cálculo) indicado no item 7.4.5.</p>	Diretora(Diretor) Geral do TRE-SE	
				<p>Na aplicação das sanções serão considerados:</p> <ul style="list-style-type: none">• A natureza e a

Impedimento de licitar e contratar	<ul style="list-style-type: none"> • Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. • Dar causa à inexecução total da contratação. • Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta. • Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado. 	<p>1. A aplicação do <i>Impedimento de licitar e contratar</i> só se efetivará quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos (Art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021).</p> <p>2. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.</p>	Diretora(Diretor) Geral do TRE-SE	<p>gravidade da infração cometida.</p> <ul style="list-style-type: none"> • As peculiaridades do caso concreto. • As circunstâncias agravantes ou atenuantes. • Os danos que dela provierem para o TRE-SE. • A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar declaração falsa durante a execução da contratação. • Praticar ato fraudulento na execução da contratação. • Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. • Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013. 	<p>1. Desde que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o <i>Impedimento de licitar e contratar</i>, a Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pode ser aplicada também nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. • Dar causa à inexecução total da contratação. • Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta. • Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado. <p>2. A aplicação do sancionamento previsto nesta linha impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (Art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021).</p> <p>3. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.</p>	Presidente do TRE-SE	

Tabela 8 - Infrações e Penalidades

4.26.1.4.1 A aplicação das sanções previstas neste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

4.26.1.5 As condutas irregulares sujeitas à **multa**, bem como respectivos percentuais, deverão observar o disposto na tabela abaixo:

HIPÓTESE	INFRAÇÃO	PERCENTUAL MULTA	BASE DE CALCULO	OBSERVAÇÃO
1	Deixar de fornecer o objeto no prazo estabelecido.	1,0 % (um por cento) por dia de atraso contado do termo final estabelecido para o respectivo fornecimento, até o limite de 20% (vinte por cento).	valor GLOBAL do item contratado	Se o atraso para atendimento dessa exigência superar o intervalo de 20 (vinte) dias, a(o) CONTRATADA(O) incidirá na hipótese 2 desta Tabela.
2	Atrasar por mais de 20 (vinte) dias o fornecimento do objeto contratado.	de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento).	valor GLOBAL do item contratado	O TRE-SE poderá declarar a inexecução total do objeto e extinguir a contratação se o atraso for superior a 20 (vinte) dias.
3	Recusar injustificadamente o cumprimento de determinação da Gestão da contratação.	0,5% (cinco décimos por cento), por ocorrência.	valor GLOBAL do item contratado	Até o limite de 30% (trinta por cento) do item contratado.
4	Descumprir imotivadamente obrigação estabelecida neste Instrumento e no Contrato, após reincidência formalmente notificada pela Gestão da contratação.	0,7% (sete décimos por cento), por evento contado da segunda ocorrência.	valor GLOBAL do item contratado	Até o limite de 30% (trinta por cento) do item contratado.

Tabela 9 - Infrações sujeitas à aplicação de multas

4.26.1.6. A aplicação de **multa de mora** não impedirá que o TRE-SE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da contratação com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Instrumento.

4.26.1.7. As regras e os procedimentos acerca da instauração e da tramitação de processo administrativo sancionatório para aplicação das sanções administrativas previstas neste Instrumento estão indicadas no Instrumento Contratual.

5. REQUISITOS TÉCNICOS

5.1 Os requisitos e as exigências técnicas referentes aos itens desta contratação estão descritos no anexo "Especificações Técnicas".

6. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

6.1 Na elaboração deste Instrumento, os integrantes demandantes, técnicos e administrativo atuaram em estrita conformidade com as competências/atribuições de cada um, sendo responsáveis, respectivamente, pelos aspectos funcionais e técnicos da solução e aspectos administrativos da contratação.

documento assinado eletronicamente

Selmo Pereira de Almeida (ASSEC/STI)

Integrante Técnico

documento assinado eletronicamente

Fernando de Souza Lima

Integrante Demandante

documento assinado eletronicamente

Ricardo Loeser de Carvalho Filho

Integrante Administrativo

7. VALIDAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELOS SUPERIORES HIERÁRQUICOS

7.1 Considerando o conteúdo do Estudo Técnico Preliminar e a pertinência das informações ora prestadas, VALIDAMOS as condições, parâmetros e elementos descritivos constantes deste Termo de Referência.

documento assinado eletronicamente
José Carvalho Peixoto
Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação

ANEXO III TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Pelo presente instrumento o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, sediado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco - CENAF, Lote 7, Variante 2, Bairro Capucho - CEP 49081-000 - Aracaju/SE, CNPJ nº 06.015.356/0001-85, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a NOME DA EMPRESA, sediada na RUA – BAIRRO – CEP XXXX – CIDADE/ESTADO, CNPJ nº XXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA(O)**;

CONSIDERANDO que, em razão da **NOTA DE EMPENHO Nº XXXXX**, doravante denominada **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, a(o) **CONTRATADA(O)** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade do **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

1.1. Constitui objeto deste TERMO, o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela(o) **CONTRATADA(O)**, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pelo **CONTRATANTE** e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1. Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

I - **INFORMAÇÃO**: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

II - **INFORMAÇÃO SIGILOSA**: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

III - **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**: instrumento de formalização da contratação, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

3.1. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada, ou não, nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do **CONTRATANTE** e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, doravante denominados **INFORMAÇÕES**, a que diretamente ou pelas(os) suas(eus) empregadas(os), a(o) **CONTRATADA(O)** venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

4.1. As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da(o) **CONTRATADA(O)**;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiras pessoas, estranhas ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1. As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros pessoas, bem como a não permitir que qualquer empregada(o) envolvida(o) direta ou indiretamente na execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Primeiro – A(O) CONTRATADA(O) se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A(O) CONTRATADA(O) compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregadas(os) que atuarão direta ou indiretamente na execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A(O) CONTRATADA(O) deverá firmar acordos por escrito com suas(eus) empregadas(os) visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A(O) CONTRATADA(O) obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros pessoas, exceto se devidamente autorizada(o) por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A(O) CONTRATADA(O) obriga-se por si, sua(eu) controladora(controlador), suas(eus) controladas(os), coligadas(os), representantes, procuradoras(es), sócias(os), acionistas e cotistas, por terceiros pessoas eventualmente consultadas, suas(eus) empregadas(os), contratadas(os) e subcontratadas(os), assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à(ao) CONTRATADA(O), direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Sexto – A(O) CONTRATADA(O), na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros pessoas, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por suas(eus) agentes, representantes ou por terceiros pessoas;

III – Comunicar à(ao) CONTRATADA(O), de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da(o) CONTRATADA(O), terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

6.1. O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a(o) CONTRATADA(O) teve acesso em razão do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

7 – PENALIDADES

7.1. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**. Neste caso, a(o) CONTRATADA(O), estará sujeita(o), por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste Instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a(o) CONTRATADA(O) manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da(o) CONTRATADA(O);

II – A(O) CONTRATADA(O) deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

- III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a(o) CONTRATADA(O) não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a(o) CONTRATADA(O), serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização através de instrumento próprio;
- VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

9.1. O CONTRATANTE elege a Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO.

10 – ASSINATURA

10.1. E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado.

CONTRATADA(O)
<div><Nome></div> <div><Qualificação></div>

ANEXO IV
TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal da(o)s empregada(o)s da(o) CONTRATADA(O) diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no TRE-SE.

No caso de substituição ou inclusão de empregada(o)s da(o) CONTRATADA(O), a(o) preposta(o) deverá entregar à(ao) Fiscal Administrativa(o) da Contratação os Termos de Ciência assinados pela(o)s nova(o)s empregada(o)s envolvida(o)s na execução dos serviços ou fornecimento de bens contratados.

1 – IDENTIFICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO			
INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO Nº			
OBJETO			
CONTRATADA(O)	< Nome da(o) CONTRATADA(O)>	CNPJ	
PREPOSTA(O)			
GESTORA(GESTOR) DA CONTRATAÇÃO		MATRÍCULA	

2 – CIÊNCIA

2.1 Por este Instrumento, a(o)s funcionária(o)s abaixo identificada(o)s declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes do CONTRATANTE.

FUNCIONÁRIA(O)(S) DA(O) CONTRATADA(O)		
Nome	Matrícula	Assinatura

ANEXO V

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Provisório declarará formalmente à(ao) CONTRATADA(O) que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise da conformidades e da qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação definidos no modelo de gestão da contratação.

1 – IDENTIFICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO			
INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO N°			Mês/Ano
CONTRATADA(O)	< Nome da(o) CONTRATADA(O)>	CNPJ	
N° DA NOTA FISCAL			
DATA DA EMISSÃO			

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUMES DE EXECUÇÃO			
SOLUÇÃO DE TIC			
<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao Contrato/Nota de Empenho anteriormente identificado/a>			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da Nota Fiscal >		
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO

3.1 Por este Instrumento, atesta-se que os <serviços / bens> correspondentes à <NOTA FISCAL> acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do Instrumento de Contratação supracitado, foram recebidos provisoriamente na presente data e serão objeto de avaliação por parte do **CONTRATANTE** quanto à adequação da entrega às condições contratuais, de acordo com os critérios de aceitação previamente definidos no modelo de gestão da contratação.

Ressalta-se que o recebimento definitivo destes serviços/bens ocorrerá após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Instrumento de Contratação acima identificado que ensejem correções por parte da(o) **CONTRATADA(O)**.

4 – ASSINATURAS

<Nome da(o) Fiscal Técnica(o) da Contratação>

Matrícula: xxxxxx

<Nome da(o) Fiscal Demandante>

Matrícula: xxxxxxxx

ANEXO VI

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente à(ao) CONTRATADA(O) que os serviços prestados ou que os bens fornecidos foram devidamente avaliados e atendem aos requisitos estabelecidos e aos critérios de aceitação.

1 – IDENTIFICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO			
INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO N°			Mês/Ano
CONTRATADA(O)	< Nome da(o) CONTRATADA(O)>	CNPJ	
N° DA NOTA FISCAL			

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUME DE EXECUÇÃO

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUME DE EXECUÇÃO			
SOLUÇÃO DE TIC			
<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao Contrato/Nota de Empenho anteriormente identificado/a>			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual à da Nota Fiscal >		
TOTAL DE ITENS			

3 – ATESTE DE RECEBIMENTO

3.1 Por este Instrumento atesta-se, que os <serviços / bens> correspondentes à <NOTA FISCAL> acima identificada foram <prestados/entregues> pela(o) **CONTRATADA(O)** e atendem às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Termo de Referência do Instrumento de Contratação acima indicado.

4 – VALOR A LIQUIDAR

4.1 O valor a liquidar correspondente à <NOTA FISCAL> acima identificada monta em R\$ <valor> (<valor por extenso>).

5 – ASSINATURAS

<Nome da(o) Fiscal Técnica(o) da Contratação>

Matrícula: xxxxxx

<Nome da(o) Fiscal Demandante>

Matrícula: xxxxxxxx



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO DE SOUZA LIMA, Técnica(o) Judiciária(o)**, em 03/11/2025, às 11:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SELMO PEREIRA DE ALMEIDA, Assessor(a)**, em 03/11/2025, às 11:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VALÉRIA MARIA DOS SANTOS, Assessor(a)**, em 03/11/2025, às 11:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **1771124** e o código CRC **BD5BDF35**.